

Intervenção proferida pelo Deputado
Duarte Freitas no Plenário de Dezembro
Na discussão do Plano e Orçamento de 2004

Sr. Presidente
Srs. Deputados
Sr. Presidente e Membros do Governo

Ao analisar o Plano e Orçamento para 2004 - ultimo ano desta legislatura e oitavo de governos socialistas - temos de fazer um balanço acerca da governação e dos seus efeitos na sociedade e economia açoriana.

Devemos também fazer uma análise critica acerca das expectativas criadas e das promessas efectuadas face à realidade e à obra concretizada.

Um balanço à situação macro-económica dos Açores revela-nos que, apesar dos enormes fluxos financeiros que tivemos ao nosso dispor, a Região não descolou dos últimos patamares de pobreza do País e da União Europeia.

Desde 1997 até 2002, tivemos 670,8 Milhões de Euros de Fundos Comunitários à nossa disposição, o que representa, em percentagem face ao PIB, quase o dobro da Madeira.

Temos, desde 1999, uma Lei de Finanças Regionais que, se bem que imperfeita, reforçou e estabilizou as perspectivas de transferencias do Orçamento de Estado e fez a Republica assumir grande parte do passivo financeiro acumulado pela Região.

Tivemos, é certo, de fazer face às calamidades que ciclicamente assolam os Açores, mas contamos com a solidariedade externa que assegura a maior parte dos gastos com a reposição dos estragos, de uma forma bem mais expressiva do que se passou em outras altura do nosso passado autonómico.

Da soma dos Orçamentos aprovado por esta Câmara aos governos socialistas desde 97 a 2002 resulta uma verba de mais de 5.000 Milhões de Euros ou, na moeda antiga, mais de mil milhões de contos.

Na fase final das maiores infra-estruturas nas várias ilhas, com tantas disponibilidades financeiras, e com um situação económica externa muito favorável, especialmente até 2000, os Açores viveram uma oportunidade de desenvolvimento impar na sua história autonómica.

Importa pois perguntar quais os efeitos de tão favorável cenário.

Aos açorianos, que percebem que com tanto dinheiro tem de se fazer algo, é preciso perguntar se estes governos socialistas fizeram tudo o que deviam.

A quem nos dirigiu é preciso perguntar se cumpriram o que prometeram ou se prometeram mais do que podiam.

O nosso índice de poder de compra é 65% do da média nacional, isto é, o mais baixo do País.

Segundo dados publicados em 2002 pelo I.N.E., a Região Autónoma dos Açores registou mesmo, nestes últimos anos, uma diminuição do seu índice de poder de compra.

O nosso índice de produtividade é 79% do da média nacional, isto é, o mais baixo do País.

O nosso Produto Interno Bruto per capita é 76% do da média nacional, na cauda do País, representando apenas 52% da média da União Europeia, o que nos empurra para uma das quatro mais pobres regiões da U.E.

Mesmo assim, a evolução do valor do PIB per capita está, como se sabe, muito influenciada pelo efeito estatístico que resultou do acerto em baixa das estimativas de população que, na sequência dos censos de 2001, obrigaram a uma correcção estatística que influenciou positivamente em termos estatísticos o ano de 2000 face aos anteriores.

Temos uma taxa de desemprego que, embora crescente, é a segunda menor do País, situando-se inclusivamente abaixo dos indicadores técnicos do desemprego natural. Porem esta realidade não esconde, antes é consequência, de uma muitíssimo baixa taxa de participação no mercado de trabalho.

Segundo o S.R.E.A. a taxa de actividade ronda os 42,5%, que compara com 51,8 a nível nacional e a taxa de actividade da população em idade activa chega apenas a 54,4%, que compara por seu turno com os 61,7% nacionais e se situa muito longe do objectivo de 70% almejado para 2010 pela Comunidade Europeia.

Neste cenário destaca-se ainda mais pela negativa a participação feminina no mercado de trabalho que no final de 2002 se situava, para a população activa, nuns meros 38,6%, muito longe dos 54% nacionais.

Segundo estimativas, se elevarmos a taxa de participação no mercado de trabalho para os valores médios nacionais, poderíamos chegar a uma taxa efectiva de desemprego de 19 %.

Com uma produtividade média que baixou, com um peso relativo no PIB nacional estagnado em 1,8% entre 95 e 2000 e com este quadro do mercado de emprego pode bem dizer-se que somos poucos a trabalhar e os que trabalham têm baixos níveis de produtividade.

Esta baixa produtividade, este baixo nível de emprego e de rendimento caracterizam bem estes 7 anos de socialismo açoriano - um tempo de oportunidades perdidas.

Desta feita, nem os parcelares indicadores de consumo de cimento, de licenças concedidas, do turismo ou da venda de automóveis podem valer ao Governo de César e de Contente, como forma de iludir o estado geral da Região.

Nos últimos 12 meses, o consumo de cimento decresceu 8,2%, as licenças de construção concedidas decresceram 16,5%, a procura turística desceu 1,2% e a venda de automóveis diminuiu 26,5%.

Com estas políticas não há Lei de Finanças que nos valha, não há mil milhões que nos melhorem, nem há Fundos Comunitários que nos favoreçam.

E temos uma dívida pública consolidada que se estima crescer 50% de 2002 ao final de 2004.

Em 18 de Dezembro de 1998, nesta Casa, por altura da discussão do Plano e Orçamento de 1999, o Presidente do Governo afirmava que, a partir de 2002, os Açores não necessitariam recorrer ao endividamento.

No entanto, agora, o Governo Regional propõe-se fazer crescer fortemente a dívida indirecta e garantida, para valores que poderão ascender aos 735 Milhões de Euros, excluindo os montantes da dívida administrativa, que, já em 31 de Dezembro de 2001, ascendiam a cerca de 50 Milhões de Euros.

Para além destes compromissos financeiros, haverá ainda que ter em conta a dívida que este Governo está a constituir com Projecto S.C.U.T. que poderá custar, a preços correntes, cerca de 333 milhões de Euros, com um impacto no orçamento regional que rondará os 14 Milhões de Euros ao ano.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

O relatório de execução do Plano referente ao terceiro trimestre de 2003, no que toca à anunciada grande aposta do actual Governo em Rabo de Peixe, mostra a relatividade e subjectividade das análises que aqui fazemos e, especialmente, abala a credibilidade deste Executivo.

Por contraste, com a execução global do Plano que é de 73%, o que lamentavelmente se verifica é que a execução do Projecto de Intervenção

Específica em Rabo de Peixe é de apenas 22,9%. Mais se observa que cerca de 40% dos Programas tem execução de zero por cento!

Apesar destes exemplos, devemos fazer um esforço para analisar o Plano e Orçamento de uma forma séria e atenta.

Do Orçamento, do lado da receita, destaca-se o encaixe previsto com a privatização da EDA, no valor de 40 Milhões de Euros, quando o Governo ainda não decidiu quanto vai vender.

Em tão importante matéria e a poucos meses das eleições, manda a sensatez e recomenda o PSD que não se cometam, por precipitação, erros irreversíveis para o futuro da Empresa que presta o serviço público de fornecimento de energia eléctrica nas nossas ilhas.

Destacam-se também as receitas de mais de 15 Milhões de Euros dos encaixes relativos ao projecto S.C.U.T. de duvidosa arrecadação em 2004, tal como aconteceu no ano em curso, tendo em conta toda a problemática que envolve este concurso público.

Com razoabilidade, tanto uma situação como a outra, não se enquadrariam desta forma num orçamento que deve ser prudente na previsão das receitas.

Em sentido contrário é de realçar a estimação prudente das Transferências da União Europeia em 45 milhões de Euros, os contrário de anos anteriores em que sempre se sobrestimou este tipo de receitas.

Quanto às Transferências do Orçamento de Estado, em 2004 cumpre-se, mais uma vez, escrupulosamente, a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, continuando-se, por outro lado, a apoiar a reconstrução.

Na verdade, as Transferências do Orçamento de Estado atingem os 231,1 Milhões de Euros, mais 5,1% do que no ano anterior.

Quanto às Receitas Próprias, destacamos que, pela primeira vez, a Região recebe as verbas resultantes dos acertos de impostos, tal como resulta dos estudos efectuados pelo Grupo de Trabalho constituído no Ministério das Finanças, com o intuito de apurar os impostos gerados e não cobrados nas Regiões Autónomas.

É bom lembrar que o valor dos acertos corresponde a cerca de 28,5 Milhões de Euros, isto é, um valor superior à soma de 20 Milhões que, fora de tempo, o Governo Regional reclamou de endividamento, mais os 5 Milhões para a reconstrução.

Quanto às taxas de crescimento dos impostos de realçar uma previsão de crescimento implícita do IRC de 9% que não se vislumbra poder efectivar-se face aos constrangimentos económicos presentes, bem como o crescimento estimado de 4% para o imposto automóvel quando se verifica uma forte contracção do consumo deste tipo de bem.

No seu global as receitas acabam por sofrer um forte impulso devido aos encaixes das privatizações e aos acertos dos impostos, que elevam extraordinariamente a receita estimada em mais 77,5 Milhões de Euros.

Sem as contas de ordem e sem o encaixe das privatizações, que por Lei são obrigatoriamente consignadas, o Orçamento de 2004 é de 766 Milhões de Euros, representando um crescimento inferior a 1 %.

Quanto à despesa, de notar a descida acentuada das Contas de Ordem, consequência da desorçamentação proveniente do novo estatuto das autoridades portuárias.

Apesar do Governo continuar a negar atrasos, a verdade é que muitas das verbas previstas na despesa para 2004 servirão para pagar responsabilidades de 2003.

É o caso da Variante P. Delgada – Lagoa que tem no contrato para 2004 um dispêndio de 2,8 Milhões de Euros e regista para 2004 uma dotação de 6,4 Milhões, numa obra que se ficará concluída ainda este ano.

É o caso da Escola dos Ginetes, obra já concluída, mas com uma dotação para 2004 de 1,9 Milhões de Euros.

É o caso da Escola EB 2,3 Bento Rodrigues, obra concluída desde Agosto deste ano e que tem uma dotação de 653 Mil Euros para 2004.

É ainda o exemplo da Reformulação da Rede Escolar do Topo e Santo Antão que tem obras concluídas desde Agosto de 2003, mas tem rubrica aberta para 2004 no valor de 495 Mil Euros.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

Quanto ao Plano, não podemos, como Deputados, deixar de evidenciar pela negativa, o facto de este Governo pretender um autentico cheque em branco desta Assembleia com uma previsão de verbas não desagregadas que ascendem a cerca de 50% do global de investimentos.

Para além da desorçamentação recorrente com investimentos fora do Plano, acresce este “record” que não dignifica o nosso sistema parlamentar e representa uma autêntica submissão da Assembleia Regional aos caprichos de um Governo que teme as eleições pelo que pretende ter um grande bolo nas mãos para gastar onde entender.

Acresce que um olhar mais detalhado faz notar que estamos perante um Plano mais quantitativo do que qualitativo, existindo uma grande dispersão e proliferação de acções com verbas demasiado reduzidas.

Vinte e nove por cento das acções tem um valor inscrito menor do que 50.000 Euros.

Quarenta e quatro por cento das acções tem um valor inferior a 100.000 Euros.

E sessenta e oito por cento das acções tem dotação abaixo dos 250.000 Euros.

Trata-se pois de um Plano com pouco crédito, mais preocupado com as aparências em ano de eleições do que com o verdadeiro cumprimento dos compromissos, não tendo muitas das acções previstas o devido cabimento para a sua execução na íntegra.

É o caso da pavimentação de diversos troços de estrada na Graciosa que, para uma empreitada adjudicada no mês passado, com prazo de execução de 300 dias e preço com I.V.A. de 620 Mil Euros, vê inscrito no Plano pouco mais de metade do que vai efectivamente ter de ser pago em 2004.

É o caso da reabilitação e pavimentação da E.R. 1-1ª Lajes – Praia da Vitória que, constando dos Planos desde 2000, foi iniciada há alguns dias atrás, já não com 6 Quilómetros, mas com 2,4 e com uma dotação no Plano de 2004 que é 700.000 Euros, quando tinha um valor base de concurso de 1.250 Mil Euros, sem I.V.A.

É o caso da Estrada Regional 1-2ª Urzelina – Aeroporto, obra lançada a concurso em 11 de Julho de 2001, com valor base de 321 Mil Contos (mais de 1,5 Milhões de Euros) e um prazo de execução de 360 dias.

Esta obra ainda não está adjudicada, passados mais de 2 anos sobre a data do concurso e, uma vez mais, o Governo coloca verbas no Plano insuficientes para a sua execução, dotando a rubrica com 500 Mil Euros, isto é cerca de um terço do valor da obra.

É ainda o caso da reabilitação da E.R. 1-1ª Cruz das Cinco/S. Mateus /Silveira, obra inscrita no plano de 2001, com concurso lançado em 29/01/2002, para um prazo de execução de 540 dias.

Esta obra ainda não foi adjudicada, verificando-se em 2004 uma dotação de 24% do valor da empreitada para 2/3 do prazo de execução da mesma, se contabilizarmos todo o próximo ano.

Por outro lado, retirando as verbas das privatizações que passam pelo Plano por mera obrigação legal, mas que não se podem considerar para o investimento mais do que qualquer outra verba consignada, o Plano de 2004 ascende a 236,7 Milhões de Euros, que compara com os 229,3 de 2003, representando um crescimento de 3%, muito longe dos 31% propalados pelo Governo.

No Plano a Médio Prazo apresentado nesta Assembleia a seguir às eleições de 2000, o Governo fez naturalmente transparecer nesse documento os seus compromissos eleitorais, prevendo um investimento global para os quatro anos de 1127,5 Milhões de Euros e uma previsão de investimento para 2004 de 291 Milhões de Euros.

Ora, retirando as verbas das privatizações, o Plano proposto para 2004 tem menos 54 Milhões de Euros do que o previsto no PMP inicial, isto é quase menos 20%.

Se considerarmos uma execução de 90% para 2003 e 2004 - que seria muito boa tendo em atenção os últimos anos - teremos uma execução global do PMP que fica quase a 25% do previsto no PMP inicial.

E, apesar do discurso governamental de cumprimento da generalidade do PMP inicial, a verdade é que são inúmeros os projectos e as promessas na gaveta, desde a Variante à Cidade de Horta, à Via de Acesso ao Porto da Praia da Vitória ou à Envolvente à Ribeira Grande - trecho III, por exemplo.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

Apesar dos esforços eleitoralistas, o Governo Regional de Carlos César e José Contente prometeu mais do que devia e cumpriu menos do que podia.

O Plano e Orçamento para 2004 tem pois de ser visto na óptica de um Governo em fim de ciclo, que teme as eleições e aposta em passar a mensagem de que pode fazer nos meses que lhe restam do ano que vem tudo aquilo que prometeu e não cumpriu em 4 anos e, nalguns casos, em 8 anos.

Este Plano e Orçamento é um último suspiro de um Governo sem fôlego que tenta fazer crer que pode recuperar a poucos metros da meta seu atraso já irremediável.

É tarde para correr atrás do prejuízo.

Não há mais oportunidades.

Um mau Orçamento para a execução de uma continuada má política, só pode merecer a nossa reprovação.

Horta, Sala das Sessões, 9 de Dezembro de 2003.

O Deputado
Duarte Freitas